

Adoção de praças pelos moradores - aspectos sobre a relação público x privado na construção e na gestão dos espaços públicos em Salvador.

Aruane Garzedin

Professora da Faculdade de Arquitetura da UFBA

Doutora em Artes Plásticas pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona -

UB. aruane garzedin@gmail.com

RESUMO

Este artigo trata do processo de transferência das atribuições de construção, gestão e manutenção dos espaços públicos para a comunidade e/ou para o setor privado, que vem sendo efetuado pelo poder público em Salvador, acentuadamente na última década. A análise efetuada buscou identificar questões como: quais as consequências desse processo no desenho do espaço, no controle das formas de usos e apropriações e na diversidade de usuários nesses locais.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço público, praça, gestão urbana.

Introdução

A segregação espacial, cada vez mais presente nas cidades brasileiras, é incentivada pela cultura do medo que alimenta um setor de comércio e serviços de segurança, garantindo uma separação e um controle cada vez maior entre os espaços públicos e privados, através de barreiras físicas (muros e portarias), formas eletrônicas (cercas elétricas, câmaras, etc.) ou formas simbólicas (presença de pessoas ou regras que restringem os usos do espaço).

A proliferação de condomínios fechados mostra que a busca por espaços comunitários homogêneos, um tipo de espaço de convivência bastante difundido na sociedade americana, vem adquirindo cada vez mais relevância em nosso país, em lugar da vivência da diversidade e do conflito própria dos espaços públicos. Os *shoppings centers* são alternativas de locais de encontros e lazer para aqueles que buscam segurança e o conforto de espaços climatizados.

A arquitetura do medo se estende aos espaços públicos e os transformam em áreas vigiadas e controladas. Esses processos que estão relacionados a questões da contemporaneidade, como o aumento do individualismo na sociedade de consumo, dentre outros aspectos (Bauman, 2001), são agravados no Brasil por questões históricas como a grande desigualdade na distribuição social da renda.

Berenstein (2012), entre os processos urbanos contemporâneos que influem no espaço público, destaca o apaziguamento programado, onde se vive uma busca hegemônica de esterilização da experiência, sobretudo da experiência da alteridade na cidade, através da sua captura, domesticação e anestesiamento. A forma mais recorrente desse processo é a

pacificação dos espaços urbanos, em particular, dos espaços públicos, através da fabricação de falsos consensos, que tende a esconder as tensões inerentes a esses lugares.

A enorme carência de espaços públicos que atendam à demanda de lazer da população na maioria das cidades brasileiras, particularmente nas áreas de baixa renda, é um fator que potencializa a violência urbana, ao passo que a falta de manutenção e conservação dos espaços públicos existentes contribui para o abandono desses espaços pelos cidadãos que possuem maior poder de compra e mobilidade. Esse fato contribui para o processo de deterioração física e de insegurança social desses locais, criando um círculo vicioso.

O poder público, alegando falta de recursos, busca parcerias com empresários para a realização de melhorias e de serviços básicos nos espaços públicos de maior visibilidade na cidade, enquanto moradores tendem a assumir a responsabilidade pela manutenção e conservação de praças e jardins situados nas proximidades de suas residências.

No entanto, a falta de recursos para a criação e manutenção dos espaços públicos não é uma mera questão econômica, mas é também uma questão política relacionada a aspectos de democratização da gestão urbana, a mecanismos que possam garantir a aplicação de investimentos públicos onde a população ache necessário. Sabe-se que, muitos recursos são gastos em atividades e soluções que não têm ressonância nas prioridades da maioria da população.

Esse artigo enfoca a questão da transferência de responsabilidade do poder público do projeto, manutenção e construção dos espaços públicos em Salvador para os moradores, buscando entender as possíveis consequências desse processo no caráter público desses espaços, nas formas de organização social da comunidade e na democratização da gestão pública em Salvador. Para isso, foram tomadas como estudo de casos as praças Igaratinga, Aníbal Jorge e Lagoa Vela Branca, todas elas situadas no bairro da Pituba.

Aspectos teóricos e metodológicos

Para a pesquisa desenvolvida foi fundamental a noção de espaço público, o que o define como tal do ponto de vista social, simbólico cultural, e, do ponto de vista espacial, quais os aspectos que podem contribuir para a realização de suas funções na sociedade.

A evolução da esfera pública e sua relação com o espaço público é um tema complexo e a sua importância na sociedade contemporânea é apontada por vários autores.

Para Arendt (1983), a esfera pública, vinculada à ação e ao discurso, considerados as bases da política, e relacionada ao espaço público, se contrapunha na *polis* grega à esfera privada, que compreendia aspectos relativos à sobrevivência, à reprodução da vida, e era restrita ao âmbito familiar, do lar. Esses dois mundos de significação social sofrem grandes transformações, particularmente na sociedade moderna, quando ocorre o que ela chama de ascensão da esfera social que implica o desvanecimento das diferenças entre o público e o privado, com a despolitização do primeiro e a ampliação do segundo.

Sennet (1988) relaciona o declínio da cultura pública e o surgimento ideologia da intimidade aos efeitos que o capitalismo e a credibilidade secular produziram no século XIX. Manter a comunidade se torna então um fim em si mesmo, resultado do desejo de apagar a impessoalidade nas relações sociais, considerada um mal social. O abandono da crença na solidariedade de classe nos tempos modernos em favor de novos tipos de imagens coletivas

como aquelas relacionadas a proximidades étnicas, culturais ou espaciais, seria exemplo disso.

A acessibilidade é um aspecto essencial para muitos autores na definição do caráter público de um espaço, que deve ser aberto a todos os cidadãos e não controlado por indivíduos ou organizações privadas que tenham a responsabilidade de mantê-lo.

Para Hertzberger (1999), a oposição extrema entre o público e o privado – entendida como oposição entre o coletivo e o individual – sem considerar as matizes dessa questão é tão falsa quanto a suposta oposição entre o geral e o específico, o objetivo e o subjetivo. Em sua visão, os conceitos de público e privado podem ser compreendidos em termos relativos como uma série de qualidades espaciais referentes ao acesso, à responsabilidade, à relação entre a propriedade privada e a supervisão de unidades espaciais específicas.

Esse autor vê o “coletivismo” moderno como uma barreira ao encontro consigo mesmo e associa a esse processo a renúncia à imediatividade da decisão e da responsabilidade pessoal. Ressalta a importância da comunidade se sentir responsável pelos espaços públicos e considera que para isso é importante a estimulação do sentimento de participação de algo que lhes é comum. Em bairros residenciais, defende que a rua possa ter a qualidade de uma sala de estar para interação cotidiana e também para ocasiões especiais.

Entre os vários aspectos que influem no caráter público das praças está a sua inserção urbana, importante para algumas funções que caracterizam esses espaços, como acesso livre, uso múltiplo, integração com o entorno e articulação com o tecido urbano. (ALEX, 2008)

Além do conceito de espaço público, aspectos relativos à democracia e à participação social no âmbito da gestão urbana são aspectos relevantes nesse trabalho, de modo a trazer à tona questões a serem trabalhadas.

A Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, regulamenta a Constituição Federal de 1988 no que se refere à política urbana e trata da gestão democrática da cidade. De acordo com os princípios estabelecidos por essa Lei, a participação da população na gestão municipal deve ser garantida através de debates, audiências, consultas públicas e de outras possibilidades que possam vir a ser criadas com esse objetivo, inclusive no processo de elaboração dos orçamentos a serem aprovados pela Câmara Municipal. Isso é de fundamental importância para a garantia de uma maior possibilidade de atendimento às reais necessidades dos cidadãos.

De acordo com Frey (1997), no Brasil, nas discussões em torno da reforma e modernização do Estado e da gestão pública existem duas principais vertentes teóricas e de experimentação prática em gestão urbana. Uma abordagem, que poderia ser chamada “social democracia de cunho neoliberal”, enfatiza em primeiro lugar a redução do Estado e a modernização gerencial do poder público. A outra abordagem, “a democrático-participativa”, visa estimular a organização da sociedade civil e a promoção da reestruturação dos mecanismos de decisão de forma a garantir um maior controle social da administração pública e maior envolvimento da população na definição e implementação de políticas públicas.

No modelo gerencial há uma clara separação entre a esfera política (da tomada de decisões e diretrizes) e a esfera administrativa. Esta deve ter ampla liberdade, inspirada no modo e em instrumentos do gerenciamento de empresas privadas, para alcançar as metas estabelecidas pelo sistema de decisão política, ao abrigo de pressões sociais.

No modelo democrático participativo o próprio processo da gestão é enfatizado como forma de reinventar o setor governamental e administrativo, para o que é essencial uma maior participação da sociedade civil organizada e da população tanto na formulação, como na implementação e no controle das políticas públicas.

À luz dessas reflexões buscou-se compreender a realidade empírica, usando como método de trabalho, além de leituras teóricas, a observação participativa e a realização de entrevistas com moradores e membros de associações relacionadas à gestão das praças selecionadas.

A construção, manutenção e conservação dos espaços públicos em Salvador.

A distribuição e o número de praças são aspectos que variam muito nas diferentes áreas da cidade em decorrência de vários fatores. Entre eles se destacam: os valores urbanísticos vigentes em cada período histórico da evolução urbana, os processos de construção do espaço urbano, considerando em especial, o atendimento às normas legais no que se refere à destinação de porcentagens de áreas públicas em loteamentos e a categoria renda da população residente.

Desde a fundação da cidade, a área central de Salvador foi caracterizada pela presença de muitas praças e largos. Com exceção da Praça Municipal, que sempre teve em seu entorno edificações que abrigavam funções administrativas, muitos dos espaços públicos ali situados tiveram a sua gênese relacionada aos valores do urbanismo de inspiração barroca e, sobretudo às exigências canônicas no que diz respeito à presença de edifícios religiosos na paisagem e aos espaços considerados necessários aos ritos, tal como ocorreu em muitas cidades brasileiras, segundo Marx (1988).

Das áreas mais recentes da cidade, ocupadas a partir da segunda metade do século passado, a que constitui o bairro da Pituba é uma das mais bem servidas de espaços públicos. Localizado em área privilegiada em termos de valorização imobiliária e com uma morfologia urbana decorrente de processos formais de loteamentos, esse bairro concentra uma população de classe de renda média e alta.

Áreas de ocupação tradicional de população de baixa renda sejam elas mais antigas, como a Liberdade e Pau da Lima, ou mais recentes, como Sussuarana e Nova Sussuarana, apresentam uma enorme carência de espaços públicos. A realidade dos bairros citados acima e de outros localizados no miolo da cidade, área situada entre a BR-324 e a Av. Paralela, difere, portanto, daquela dos bairros situados nas áreas de borda marítima, região onde tem se concentrado os maiores investimentos públicos desde o século passado.

Assim, em Salvador, a ausência de um planejamento urbano adequado consolidou uma realidade urbana marcada pela diferença entre poucas áreas bem servidas de equipamentos e de infraestrutura, ocupadas por população de classes de renda média e alta, e o restante da cidade, em geral precária quanto ao atendimento às necessidades básicas do cidadão.

O processo de manutenção de praças e parques, como se sabe, envolve vários órgãos da administração pública. Porém, a evidente precariedade desses serviços em toda a cidade, mesmo nas áreas mais bem estruturadas, tende a ser o motivo para a adoção de praças pelos moradores.

As praças da Pituba – espaços públicos adotados pelos moradores

A forma de atuação do poder público municipal com relação às demandas por serviços nos espaços públicos costuma ocorrer a partir de solicitações da Câmara de Vereadores, da Sociedade Civil Organizada (Associações de Bairro), do Gabinete do Prefeito, de dirigentes de Órgãos da Administração Direta e Indireta, de demandas geradas no processo de Planejamento Estratégico e do Programa de Adoção de Praças e Espaços Públicos.¹

A falta de um planejamento mais eficaz que contemple a construção e manutenção dos espaços públicos pela prefeitura pode contribuir para que a seleção dos requerimentos a serem atendidos tenha por base critérios que não aqueles pertinentes a uma análise técnica, capaz de identificar demandas e necessidades a partir de aspectos quantitativos e qualitativos da realidade urbana.

O Programa de Adoção de Praças tem sido uma das formas do poder público de cumprir com essa agenda de necessidade desde os anos 90, porém foi regulamentado pelo prefeito João Henrique, em 2005. Através dele as empresas passam a ser responsáveis pela revitalização, quando necessário, e pela manutenção dos espaços públicos por um prazo de dois anos. Em troca, podem colocar na área adotada engenho publicitário com a sua marca.

Embora caiba à prefeitura, através de órgão competente, acompanhar e fiscalizar o cumprimento das normas técnicas e as obrigações da entidade adotante, as praças analisadas que são adotadas pela comunidade não tiveram qualquer oficialização disso junto à Prefeitura.

O processo que resultou na responsabilidade dos moradores pela execução e manutenção desses espaços públicos de modo quase integral passou inevitavelmente por várias tentativas, em geral infrutíferas, de conseguir esses serviços junto ao poder público.

A ausência de canais mais eficientes de contato do poder público com a comunidade é uma das queixas frequentes dos entrevistados. Segundo eles, em virtude disso, o atendimento às reivindicações quando ocorriam, deviam-se mais ao empenho particular de algum funcionário de órgãos municipais que possuía algum tipo de relação com moradores do lugar ou com o próprio lugar, caracterizando uma situação de precariedade na gestão pública no que se refere ao planejamento e à democratização desses serviços urbanos.

A Associação dos Moradores e Amigos da Lagoa Vela Branca - AMALVEB, desde a sua fundação, em 1991, para garantir melhorias e manter os serviços básicos nesse espaço público, realizava uma série de atividades que incluíam contatos e solicitações junto ao poder público, arrecadação de colaboração de Bancos e de outros estabelecimentos comerciais do bairro, organização de eventos com os moradores, publicação de matérias em jornais, etc.

Mantinha também uma estreita relação com a polícia comunitária, desde que essa instituição foi implantada também na década de 90. A associação buscava contribuir para as condições materiais e de logística para o exercício de ronda, a exemplo da disponibilização de sanitários e locais para troca de fardamento do pessoal em edifícios próximos aos espaços públicos, condição considerada necessária para a efetivação desses serviços nos locais solicitados.

¹ Informação extraída do conteúdo da palestra apresentada pelo arquiteto Antônio Brito, então coordenador do Setor de Projeto da Fundação Mario Leal Ferreira, durante a Oficina sobre Espaços Livres Urbanos, promovida pela Faculdade de Arquitetura da UFBA, em 2010.

Essa entidade, pelos trabalhos realizados nos espaços públicos da lagoa, chegou estender a sua influencia até as praças do entorno (particularmente as praças Igaratinga e Aníbal Jorge). Porém, após um período de retrocesso na mobilização e de críticas “às interferências políticas” essa entidade foi extinta.

Após um período de vazio de poder comunitário e de abandono dos espaços públicos, foi criada a Associação dos Amigos da Lagoa dos Patos- ASALP, em 2011, que substituiu a anterior.

Na Praça Igaratinga foi criada uma espécie de “condomínio” formado por alguns moradores de edifícios ali localizados, empenhados em garantir a manutenção da praça. Esse modelo de gestão se repetiu, a partir de 2007, na Praça Aníbal Jorge, construída pela Empresa EBISA ENGENHARIA, em regime de adoção, mas sem manutenção.

Atualmente os serviços de manutenção e conservação das três praças analisadas são viabilizados através da contribuição de cada edifício (representados pela administração de seus condomínios), com base no rateio de despesas fixas, referentes aos serviços de varrição da área e de jardinagem, e de extras, como pintura, reparos, etc. No caso da Praça Igaratinga, as despesas rateadas pelas administrações dos prédios do entorno incluem ainda os salários de 08 profissionais de segurança privada, presentes ali 24hs, em regime de revezamento.

Na praça do entorno da Lagoa dos Patos, a alimentação dos patos ali existentes é garantida através de convênio com um supermercado do bairro para doação de ração e folhas e realizada por moradores da área. Para custos extras são realizados eventos como bingos, festas, etc.

O modo de organização adotado para a viabilização desses serviços na Praça Igaratinga e na Praça Aníbal Jorge, conforme já explicitado, funciona ainda de modo informal e pragmático, buscando atender as demandas do momento. Esse *modus operandis* embora possa ser efetivo quanto aos seus objetivos imediatos pode ter a sua durabilidade comprometida pela sua ancoragem apenas na boa vontade de alguns poucos moradores.

Uma atividade mais política no sentido de conscientização da responsabilidade de cada morador nesse processo, com formas de estímulo à participação comunitária poderá assegurar uma maior continuidade desse processo. Isso parece acontecer de um modo ainda incipiente, no caso da Praça da Lagoa dos Patos, que conta com uma associação de moradores legalizada.

Desenho do espaço e relação com o entorno

A Praça Igaratinga é acessível por veículos apenas por um dos lados desse espaço configurado em termos de um grande *cul -de- sac*. Esse aspecto de espaço circunscrito por uma via sem saída é acentuado pelas edificações pluridomiciliares, com gabarito em média de 10 a 15 pavimentos, situadas no entorno imediato da praça. A forma de ocupação urbana e as características da topografia (é um dos locais mais altos do bairro) garantem certo isolamento da praça em relação às áreas circunvizinhas. Porém, a existência de três passagens de pedestres, inseridas nas áreas verdes previstas no desenho do Loteamento Vela Branca, onde estão localizadas essas três praças, garantem o acesso de pedestres ao local a partir das ruas do entorno.

O terreno confinado pelas vias que delimitam a praça originalmente possuía a configuração de um morro, coberto de vegetação. Se, por um lado essa situação garantia singularidade a um espaço público a ser projetado, em princípio, dificultava o contato visual e físico entre os

lados da praça. No projeto paisagístico fornecido por um arquiteto morador do entorno, a solução adotada incluiu a supressão do morro e da vegetação que ali havia, apostando na integração da praça com o espaço circundante.

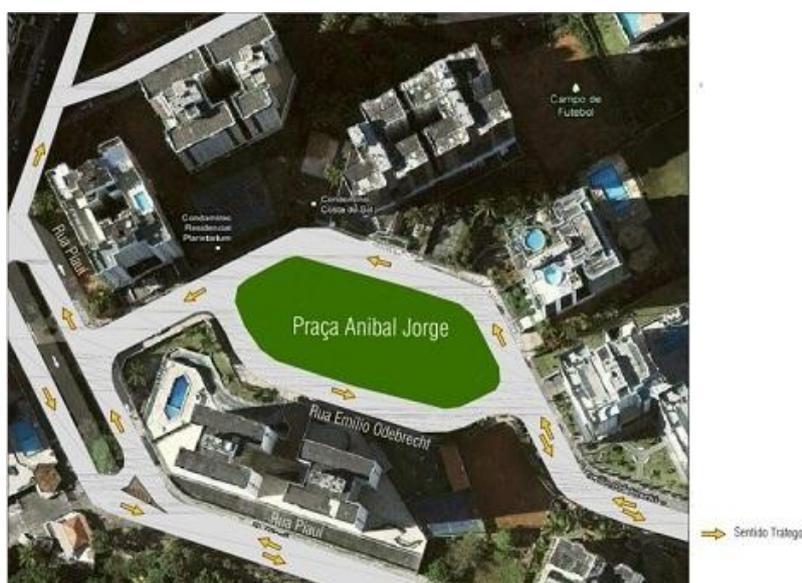
Figura 1: Praça Igaratinga



Fonte: Imagem do Google, com elaboração de Tiago Couto.

A Praça Aníbal Jorge tem configuração semelhante a da Praça Igaratinga, embora as vias que a contornam possam funcionar como passagem para outras partes do bairro e não apenas como acesso local. Algumas áreas verdes públicas, resultantes do projeto do loteamento, foram cercadas pelos prédios e estão sendo utilizadas de modo privado. Isso contribui para diminuir as opções de acesso de pedestres a esse local.

Figura 2: Praça Aníbal Jorge



Fonte: Imagem do Google, com elaboração de Tiago Couto.

A Praça da Lagoa dos Patos se integra ao entorno através da Rua Piauí, importante via de penetração do bairro, e da Rua Maranhão, que nessas proximidades torna-se uma via sem saída. Ao contrário das anteriores, essa praça possui uma forma mais linear que se desenvolve através de um calçadão às margens da lagoa, tornando possível o contato visual com esse corpo d'água, sendo, porém, o contato físico impedido por um alambrado e por algumas edificações à sua volta.

Figura 3: Praça da Lagoa dos Patos



Fonte: Imagem do Google, com elaboração de Tiago Couto.

Usos e apropriações sociais

A Praça Igaratinga é bastante usada pelos moradores do entorno para caminhadas nas calçadas externas, pela manhã, final da tarde e à noite. A presença de crianças e de animais domésticos é mais frequente no horário da tarde, embora possa acontecer em qualquer horário. Casais de namorados e grupos de jovens também fazem parte do cotidiano da praça. Alguns pedestres contornam o local em direção a outros lugares utilizando os caminhos que dão acesso às vias das redondezas, o que representa, na maioria das vezes, um uso desse espaço por não moradores.

Em datas específicas como o Natal e o São João são promovidas festas destinadas a reunir moradores do local e cuja divulgação é feita pela administração de cada prédio. Eventualmente são realizadas festas de aniversário de crianças ou outros tipos de encontros festivos, como a apresentação de corais, etc.

A topografia do terreno da praça embora tenha sido modificada, ainda apresenta um desnível em relação ao entorno, e a parte central mais alta constitui um local de grande visibilidade, e, portanto, bastante sujeita ao controle exercido por olhares no nível do solo e calçadas do entorno. Sendo contornada por edifícios pluridomiciliares, esse controle visual também é feito a partir do ângulo de visão proporcionado pela altura dessas edificações.

Em uma área livre nas proximidades da praça, foi construído o espaço “Conviver” (assim identificado com uma placa) que consiste em um quiosque, com lixeira e bancos. Esse espaço é frequentado por um grupo específico de moradores, que se reúne, em geral, aos finais de semana. Embora, teoricamente, não seja proibida a utilização desse espaço por outros moradores, fica evidente que a construção desse equipamento e o seu funcionamento atende à demanda de um grupo e não de toda a coletividade.

A presença de seguranças no local é um aspecto inibidor de práticas relacionadas à violência, mas como se sabe esse tipo de controle, particularmente quando exercido de forma privada, tende a privilegiar a defesa dos interesses privados, com prejuízos ao caráter público do espaço.

A Praça Aníbal Jorge, tal como a Praça Igaratinga, é bastante utilizada pelos moradores para as mesmas atividades cotidianas. Nela, a presença de animais de estimação é muito grande e o cuidado com a limpeza pode ser observada pela frequência de lavagens dos pisos e bancos, e pelos cartazes que apelam para o cuidado com as fezes dos animais. A exposição de *banners* com fotos de animais de moradores assinalam a importância desse tipo de uso da praça.

No entorno da Lagoa dos Patos, a frequência parece ser mais diversificada e não apenas de moradores, por ser um local de passagem e também pelas suas características espaciais. Independente das calçadas que margeiam as ruas, uma pista em concreto torna esse espaço bastante procurado para a prática de *cooper*, particularmente no início ou no final do dia. Grupos de jovens e casais de namorados são muito frequentes e as pequenas praças circulares que ajudam a quebrar a linearidade do percurso, são pontos de encontro, mas também permitem certa privacidade àqueles que a desejam. A presença de crianças é significativa, assim como a de animais. Nesse caso específico, os patos e gansos que habitam a lagoa funcionam como atrativos do local, além da paisagem constituída por esse corpo d’água e pelo verde no seu entorno.

Figuras 4 e 5: Praça Lagoa dos Patos



Fonte: imagens feitas pela autora

A presença de um equipamento do tipo permitido para pequeno comércio de bebidas na cidade e de uma baiana de acarajé, abrigada sob um toldo, também atrai pessoas de outros lugares e dinamiza o espaço.

Considerações finais

Observa-se que, em Salvador, prevalece apenas a abordagem chamada “social democracia de cunho neoliberal” apontada por Frey (1997), no que se refere à reforma e modernização do

Estado e da gestão pública. As determinações do estatuto da cidade em relação à democratização da gestão pública ainda não passaram à efetividade prática.

A adoção de praças pelos moradores constitui então uma alternativa resultante da precariedade e do abandono dos espaços públicos por parte do poder público e da falta de mecanismos que assegurem canais de relação poder público x comunidade de forma transparente, sistemática e eficiente.

A administração do tipo “condomínio da praça”, se por um lado é uma solução pragmática, que assegura o atendimento dos serviços básicos de manutenção e conservação dos espaços públicos, por outro, apresenta limitações por não se configurar como organização capaz de exercer um poder político e de ser representativo da vontade da comunidade ou do bairro. Desse modo, tende a perpetuar as dificuldades de consolidação de uma gestão democrática da cidade, o que, de fato, só é possível a partir de forças políticas e representações capazes de fazer exercer os direitos dos cidadãos de influir diretamente no orçamento, na destinação e na fiscalização dos recursos públicos.

Isso pode ser diferente no caso da criação de associações, com estatutos e competências legais, embora se saiba que as formas de atuação e de gestão da própria entidade também sejam aspectos relevantes no que diz respeito à sua abrangência e força enquanto representação.

Para que não sejam apenas um exercício de cidadania de alguns num quadro de apatia social, essas soluções devem se ampliar, no sentido de serem pautadas não apenas na ação, mas envolver o discurso, o debate, o conflito, aspectos muitas vezes evitados no modo de vida contemporâneo, mas sem os quais essas formas de atuação podem representar apenas a ampliação da esfera privada, que se estende do âmbito do lar ao espaço público do entorno.

A perspectiva do espaço comunitário talvez seja a mais viável à maioria dos espaços públicos em áreas residenciais nas grandes metrópoles, admitindo, como Hertzberguer (1999), que na vida real existem gradações e matizes entre as categorias opostas do público e do privado. Mas, essas possibilidades não podem incluir usos ou mecanismos que apontem para a privatização do espaço e para a exclusão social de qualquer tipo de usuários.

O tipo de controle e as características formais são fatores que também parecem influir no caráter público dos espaços e na diversidade dos seus usos, não de forma decisiva, mas na configuração de tendências. Particularmente, as possibilidades de contato com entorno parecem, de fato, representar um aspecto importante para a diversidade de frequentadores, conforme a análise realizada.

Referências

ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

ALEX, Sun. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida líquida**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S.A, 2006.

BRASIL. **Estatuto da cidade**: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

HERTZBERGER, H. **Lições de arquitetura**. Trad. Carlos Eduardo lima Machado. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JACQUES, B. Paola. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MARX, Murilo. **Nosso chão**: do sagrado ao profano. São Paulo: EDUSP, 1988.

SENNET, R. - **O declínio do homem público**; as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

FREY, Klaus. **Governança Urbana e Participação Pública**. RAC-Eletrônica, v. 1, n. 1, art. 9, p. 136-150, Jan. /Abr. 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac-e>. Acesso em 12/08/2012.

<http://associacaoasalp.blogspot.com.br/>. Acesso em 13/08/2012.

<http://minhapraca.blogspot.com.br/>. Acesso em 18/09/2012.